





Fecomércio - 20/05/2020

Justiça decide contra pedido de 'lockdown' no RN movido pelo Sindsaúde



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O juiz Luiz Alberto Dantas Filho, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal, decidiu contra o pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN (Sindsaúde) para implementação do 'lockdown' no estado.

O magistrado acolheu o argumento, sustentado pelo Estado do Rio Grande do Norte, de que o Sindicato não tem legitimidade legal para promover a Ação Civil Pública.

O pedido do Sindsaúde era para

implantação do bloqueio total pelo prazo de 15 dias e compreenderia o fechamento mais rígido da capital potiguar e demais municípios da área metropolitana.

Ao acolher o argumento de ilegitimidade, o juiz declarou a extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, ordenando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado da sentença - quando não há mais possibilidade de recursos.

Segundo a sentença, finalizada às 20h26 desta segunda-feira (18), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, igualmente, de Tribunais de Justiça Estaduais, converge para o posicionamento de que o Sindicato não tem legitimidade para intentar Ação Civil Pública que não seja exclusivamente para defesa dos interesses da categoria profissional à qual estão vinculados os seus associados.

'Pela leitura da peça inicial apresentada pelo Sindsaúde, constata-se com clarividência que sua pretensão é de caráter absolutamente heterogêneo, porquanto na hipótese de ser concedida a tutela judicial pretendida, notadamente a decretação do isolamento social completo (lockdown), a medida restritiva total alcançará toda população dos 15 Municípios que integram a Região Metropolitana da Capital,

a saber: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus', avalia o magistrado Luiz Alberto Dantas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

De acordo com o julgamento, feito após o recebimento das apreciações do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal sobre os pedidos do Sindsaúde, outro aspecto que foi levado em consideração para reconhecer a ausência de requisito que conferisse legitimidade ao Sindicato.

15 entidades se manifestaram contra a ação civil movida pelo SindSaude, são elas: Das entidades, 15 delas - ASPIRN, FCDL/RN, ACRN, CDL NATAL, FACERN, AEBA, SINMED, SINCODIVRN, ANORC, SINDUSCON/RN, FIERN, FETRONOR, **FECOMÉRCIO/RN**, FAERN e SEBRAE/RN.

Apenas o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancário do Rio Grande do Norte se aliou à defesa do pleito do Sindsaúde.

(Ação Civil Pública nº 0816311-38.2020.8.20.5001)

Veja AQUI a sentença completa.

Justiça decide contra pedido de 'lockdown' no RN movido pelo Sindsaúde



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O juiz Luiz Alberto Dantas Filho, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal, decidiu contra o pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN (Sindsaúde) para implementação do 'lockdown' no estado.

O magistrado acolheu o argumento, sustentado pelo Estado do Rio Grande do Norte, de que o Sindicato não tem legitimidade legal para promover a Ação Civil Pública.

O pedido do Sindsaúde era para implantação do bloqueio total pelo prazo de 15 dias e compreenderia o fechamento mais rígido da capital potiguar e demais municípios da área metropolitana.

Ao acolher o argumento de ilegitimidade, o juiz declarou a extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, ordenando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado da sentença - quando não há mais possibilidade de recursos.

Segundo a sentença, finalizada às 20h26 desta segunda-feira (18), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, igualmente, de Tribunais de Justiça Estaduais, converge para o posicionamento de que o Sindicato não tem legitimidade para intentar Ação Civil Pública que não seja exclusivamente para defesa dos interesses da categoria profissional à qual estão vinculados os seus associados.

'Pela leitura da peça inicial apresentada pelo Sindsaúde, constata-se com clarividência que sua pretensão é de caráter absolutamente heterogêneo, porquanto na hipótese de ser concedida a tutela judicial pretendida, notadamente a decretação do isolamento social completo (lockdown), a medida restritiva total alcançará toda população dos 15 Municípios que integram a Região Metropolitana da Capital, a saber: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus', avalia o magistrado Luiz Alberto Dantas.

De acordo com o julgamento, feito após o recebimento das apreciações do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal sobre

os pedidos do Sindsaúde, outro aspecto que foi levado em consideração para reconhecer a ausência de requisito que conferisse legitimidade ao Sindicato.

15 entidades se manifestaram contra a ação civil movida pelo SindSaude, são elas: Das entidades, 15 delas - ASPIRN, FCDL/RN, ACRN, CDL NATAL, FACERN, AEBA, SINMED, SINCODIVRN, ANORC, SINDUSCON/RN, FIERN, FETRONOR, **FECOMÉRCIO/RN**, FAERN e SEBRAE/RN.

Apenas o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancário do Rio Grande do Norte se aliou à defesa do pleito do Sindsaúde.

(Ação Civil Pública nº 0816311-38.2020.8.20.5001)

Veja AQUI a sentença completa.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Covid-19: Justiça decide que sindicato não tem legitimidade para pedir 'lockdown' no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O juiz Luiz Alberto Dantas Filho, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal, acolheu o argumento, sustentado pelo Estado do Rio Grande do Norte, de que o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN (Sindsaúde) não tem legitimidade legal para promover a Ação Civil Pública por meio da qual pedia a implementação, em âmbito estadual e municipal, da quarentena total, também conhecida nos últimos dias como 'lockdown', como medida de distanciamento social e método não farmacológico contra a disseminação do novo coronavírus, causador da Covid-19. A intenção da entidade era de que o isolamento mais rígido tivesse o prazo de 15 dias e compreenderia o bloqueio total da capital

potiguar e demais municípios da área metropolitana.

Veja AQUI a sentença completa.

Ao acolher o argumento de ilegitimidade, o juiz declarou a extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, ordenando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado da sentença - quando não há mais possibilidade de recursos.

Segundo a sentença, finalizada às 20h26 desta segunda-feira (18), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, igualmente, de Tribunais de Justiça Estaduais, converge para o posicionamento de que o Sindicato não tem legitimidade para intentar Ação Civil Pública que não seja exclusivamente para defesa dos interesses da categoria profissional à qual estão vinculados os seus associados.

'Pela leitura da peça inicial apresentada pelo SINDSAÚDE, constata-se com clarividência que sua pretensão é de caráter absolutamente heterogêneo, porquanto na hipótese de ser concedida a tutela judicial pretendida, notadamente a decretação do isolamento social completo (lockdown), a medida restritiva total

alcançará toda população dos 15 Municípios que integram a Região Metropolitana da Capital, a saber: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus', avalia o magistrado Luiz Alberto Dantas.

(dois advogados) também se uniram ao pensamento das quinze instituições.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

De acordo com o julgamento, feito após o recebimento das apreciações do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal sobre os pedidos do Sindsaúde, outro aspecto que foi levado em consideração para reconhecer a ausência de requisito que conferisse legitimidade ao Sindicato, na defesa de supostos interesses difusos e coletivos na ação (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal), se reforça com o fato de 16 pessoas jurídicas, entidades representativas das mais variadas atividades no Estado, argumentarem e requererem suas habilitações para participarem da ação na condição de 'Amicus Curiae' (Código de Processo Civil, artigo 138 do Código de Processo Civil).

Das entidades, 15 delas - ASPIRN, FCDL/RN, ACRN, CDL NATAL, FACERN, AEBA, SINMED, SINCODIVRN, ANORC, SINDUSCON/RN, FIERN, FETRONOR, **FECOMÉRCIO/RN**, FAERN e SEBRAE/RN - já antecipadamente expuseram os seus pontos de vista, em discordância com a pretensão autoral e apenas o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancário do Rio Grande do Norte se aliou à defesa do pleito do SINDSAÚDE, enquanto duas pessoas físicas

Desentendimento acaba em tragédia entre irmãos no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A discussão familiar que culminou na morte dos irmãos Túlio Flor, 67 anos, e Tharcio Flor, 52 anos, na manhã desta terça-feira, 19, pode ter sido motivada pela possibilidade de arrendamento da fazenda Conceição, pertencente à família, e localizada em São Pedro, Agreste potiguar. A propriedade disputada pelos irmãos foi o local do crime que chocou a família e a sociedade potiguar. Os irmãos Flor, como eram conhecidos, integram uma das mais tradicionais famílias potiguares, do ramo empresarial atuante em lojas de autopeças, empresas de transporte públicos e de postos de combustíveis no Rio Grande do Norte.

De acordo com o titular da Delegacia de Polícia Civil de São Paulo do Potengi, Otacílio Medeiros, a discussão entre os irmãos seguida de homicídio e suicídio aconteceu por volta das 9h desta terça-feira. O imbróglio em torno do arrendamento da fazenda era antigo e defendido por Túlio Flor e outros familiares, posição contrária do irmão Tharcio Flor, que segundo informações de moradores da região, vivia na propriedade. Segundo o delegado Otacílio Medeiros, após investigações preliminares e coleta de depoimentos, Túlio Flor chegou à fazenda ao lado da esposa, de um irmão e da mãe, de 89 anos.

'Tharcio chegou primeiro à fazenda. Segundo apuramos, ele teria passado o final de semana na fazenda. Voltou para casa e depois retornou ao local. Antes de sair ele informou aos familiares que não concordava com o arrendamento. Ele era veemente contra, porque gostava muito de lá', relatou o delegado Otacílio Medeiros.

Ainda de acordo com o delegado, em princípio, essa é a única linha de investigação do crime, que deverá ter seu inquérito concluído em 20 dias. 'Acredito que vá ser por questão de herança e de terras. Imagino que não vá fugir disso', complementou.

O crime

Os irmãos Tharcio Flor e Túlio Flor se encontraram na manhã desta terça, 19, na Fazenda Conceição, de propriedade da família, e acabaram discutindo. Não concordando com o arrendamento da propriedade, principal

motivação para o crime, segundo a Polícia Civil, Tharcio sacou um revólver calibre 38 e efetuou pelo menos três disparos no irmão, Túlio. Em seguida, Tharcio entrou na casa, trancou-se em um dos cômodos e tirou a própria vida com um tiro na cabeça.

Segundo o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do RN (Sindipostos/RN), os dois irmãos trabalhavam no ramo de combustíveis há pelo menos 50 anos. Túlio Flor, inclusive, era membro da diretoria da entidade sindical. Eles eram filhos de Joaquim Alves Flor, que ao lado do irmão Luiz Alves Flor, foram pioneiros na venda de combustíveis no Estado. Juntos, Luiz e Joaquim fundaram duas redes de postos no Rio Grande do Norte, a mais famosa é a Postos Flôr, com diversas unidades na capital.

Mortes repercutem no RN

A morte dos dois irmãos repercutiu no mercado empresarial, entidades representativas e classe e políticos. Em nota assinada pelo presidente Afrânio Miranda, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do RN (FCDL/RN) lamentou a morte dos irmãos. 'Manifesta imenso pesar pelos falecimentos dos empresários Tasso e Túlio Flor. Manifestamos nossa solidariedade aos familiares e amigos. Que Deus em sua infinita bondade possa confortar a todos e acalmar os corações que neste momento sofrem com a partida dos entes queridos. A família Flor é conhecida em todo Rio Grande do Norte por empreender e gerar emprego e renda para este Estado'.

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal), José Lucena, emitiu nota na qual afirma que 'se solidariza e lamenta

profundamente os falecimentos dos empresários Tasso e Túlio Flor. Oramos para que Deus possa confortar familiares e amigos. Estamos todos consternados'.

Durante sessão virtual da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, o presidente Ezequiel Ferreira solicitou aos deputados um voto de pesar em nome da Casa pela morte dos empresários. O parlamentar, que é amigo da família, lamentou a tragédia. 'Algo que nos deixa muito tristes e encaminhamos aqui nossos sentimentos à família', disse Ezequiel Ferreira.

O consultor técnico do Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos do RN (Seturn), Nilson Queiroga, também se solidarizou com a família Flor. Um dos primos dos irmãos administra uma das empresas de ônibus de Natal. 'Lamentamos profundamente uma tragédia dessa. Ficamos consternados', disse.

'À família, que tem as raízes de sua trajetória de sucesso empresarial fincadas em nosso segmento, figurando até hoje como referência de empreendedorismo e pioneirismo no ramo, deixamos nosso abraço de conforto e os mais sinceros desejos de que encontrem no conforto Divino as forças necessárias para enfrentar o momento de dificuldade extrema', diz nota assinada pela diretoria do Sindipostos/RN.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio RN) emitiu nota externando profundo pesar pela tragédia vivida pela família Flor. 'Rogamos a Deus que traga conforto e paz aos corações de todos e acolha a dor, imensurável, em Suas mãos, para torná-la minimamente suportável', diz o texto.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Educação na pós-pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Raniery Pimenta

Costuma-se dizer que, para quem não sabe aonde ir, qualquer caminho serve. Há também aqueles que fogem desta máxima e constroem metas que os norteiam. No entanto, com a Pandemia da Covid-19, é certo dizer que o norte, de repente, sumiu e nossa geração tem a oportunidade de construir um 'novo normal'. Você imagina, por exemplo, alguma empresa que não passe a considerar o home office, após a crise?

Nos últimos anos, tenho me debruçado sobre o 'Futuro do Trabalho' e o 'Futuro da Educação', dando ênfase às competências

comportamentais (Soft Skills). Adaptabilidade, Pensamento Digital e Resolução de Problemas são hoje imprescindíveis. A Covid-19 tornou ainda mais essencial para pessoas e empresas a capacidade de desaprender e reaprender rapidamente.

Para o segmento educacional essa necessidade é ainda mais urgente. De acordo com o Banco Mundial, em pouco mais de três semanas, no mês de abril, cerca de 1,4 bilhão de estudantes ficaram fora da escola em mais de 156 países.

Com escolas fechadas, em todo o mundo se têm intensificado esforços para mitigar a descontinuidade das aulas introduzindo o ensino a distância. Muitos são os desafios, visto que isso depende de infraestrutura e familiaridade dos alunos e educadores com as ferramentas tecnológicas de aprendizagem a distância existentes.

Em que pese os inúmeros entraves, acredito que estamos vivendo a hora e a vez da aprendizagem mediada pela tecnologia. A Educação 4.0 exige que aprendamos enquanto estamos com a mão na massa. E isso nunca fez tanto sentido. Aquelas empresas que não passarem por um processo de transformação digital dificilmente sobreviverão.

Desde 2018, o **Senac** RN tem se dedicado à disseminação do conceito de Educação 4.0 e desenvolvido projetos voltados à implementação da Sala de Aula do Futuro, inicialmente com os Laboratórios **Senac** Microsoft Smartlab - espaços multidisciplinares que possibilitam a implementação de estratégias didáticas

inovadoras nos cursos da Instituição. Tecnologias como realidade virtual e aumentada, câmeras 360° e softwares para projetos colaborativos estão disponíveis.

Nosso objetivo é gerar valor, permitindo que os estudantes sejam protagonistas no processo de construção do conhecimento, incentivando o incremento de competências como criatividade, inovação, resolução de problemas, colaboração, comunicação, adaptabilidade e resiliência.

Neste atual cenário, todas as instituições de ensino precisam fazer o dever de casa e colocar isso prática. Revisar o planejamento e manter um bom canal de comunicação é essencial. Construir soluções e testá-las rapidamente é o único caminho possível neste momento de tantas imprevisibilidades. Neste quesito, temos muito que aprender com as startups e com o conceito de MVP (Mínimo Produto Viável).

Foi inspirado neste modelo de trabalho que, no início de abril, lançamos nossa Sala de Aula Virtual, por meio da qual cerca de 4.500 alunos estão acompanhando as aulas. Em cerca de 15 dias, transformamos um projeto que estava em fase de ideação em realidade, adaptando nossa metodologia altamente interativa ao cenário online.

Esta é uma ferramenta que veio para ficar, levando nossos cursos a um modelo híbrido, por meio do qual estudantes poderão ter acesso a novas ferramentas tecnológicas de aprendizado.

O escritor Yuval Harari afirma que a natureza de emergências como a do novo Coronavírus

fazem com que processos históricos avancem muito rapidamente. Em todo o mundo, estudiosos têm dito que a Pandemia funcionará como um 'acelerador de futuros'. As mudanças foram antecipadas. O futuro chegou. Que tal aproveitarmos esta oportunidade e construirmos juntos o novo normal?

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

STF restabelece redução de contribuições ao Sistema S



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, restabeleceu, ontem (18), os efeitos da Medida Provisória 932/2020, que reduziu pela metade as contribuições das empresas ao **Sistema S** por três meses, de abril a junho deste ano. O ministro atendeu a um pedido da União.

A redução das contribuições fez parte do pacote de medidas anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para ajudar empresas afetadas pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

O corte de 50% havia sido suspenso pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), a pedido do Serviço Nacional do **Comércio** (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem (Senac), que tiveram a solicitação negada na primeira instância.

A entidades do **Sistema S** alegam que a redução nas contribuições afeta de forma drástica o trabalho realizado por elas, que inclui formação de trabalhadores, a manutenção de escolas de nível básico e médio e a prestação de assistência social e atendimento de saúde, entre outras atividades.

Ao STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu o corte nas contribuições como meio de amenizar os impactos da crise econômica provocada pela pandemia, em especial no que diz respeito à saúde financeira de empresas e a manutenção de empregos.

Ao concordar com os argumentos da AGU, Toffoli argumentou que 'não cabe ao Poder Judiciário decidir quem deve ou não pagar impostos, ou mesmo quais políticas públicas devem ser adotadas, substituindo-se aos gestores responsáveis pela condução dos destinos do Estado, neste momento'.

A exceção se daria caso houvesse violação à Constituição, ressaltou Toffoli. Ele lembrou que há duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI's) relatadas pelo ministro Ricardo Lewandowski que contestam a MP 932/2020 e que ainda devem ser julgadas pelo plenário do Supremo.

Contribuições

O **Sistema S** é um conjunto de entidades, administradas por federações e confederações patronais, voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica.

São elas o Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do **Comércio** (Sesc); Serviço Nacional de Aprendizagem do **Comércio** (Senac); Serviço Social de Transporte (Sest); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

As contribuições ao sistema incidem sobre a folha de salários das empresas que integram a

categoria correspondente e são repassadas pelo governo às entidades. As alíquotas variam de 0,2% a 2,5%. As indústrias, por exemplo, recolhem 1% ao Senai e 1,5% ao Sesi sobre a folha de pagamento. As empresas do comércio recolhem 1,5% ao Sesc.

De acordo com a MP 932/2020, por três meses as alíquotas foram reduzidas da seguinte forma : Sescoop, 1,25%; Sesi, Sesc e Sest, 0,75%; Senac, Senai e Senat, 0,5%; Senar, 1,25% sobre a folha de pagamento; 0,125% sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa jurídica e pela agroindústria; e 0,10% sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa física e segurado especial.

Apenas as alíquotas de contribuição ao Sebrae não mudaram. Entretanto, o texto prevê que o Sebrae repasse ao Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas ao menos 50% do adicional que recebe para execução das políticas de apoio às micro e pequenas empresas.

Já a retribuição paga à Receita Federal pelas entidades, pelo serviço de recolhimento das contribuições, será de 7% do montante arrecadado. Hoje, essa retribuição é de 3,5%. A nova alíquota vale também por três meses para o Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar e Sescoop.

Agência Brasil

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - COMÉRCIO, SISTEMA S**

Supremo restabelece redução de contribuições ao Sistema S



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, restabeleceu, ontem (18), os efeitos da Medida Provisória 932/2020, que reduziu pela metade as contribuições das empresas ao **Sistema S** por três meses, de abril a junho deste ano. O ministro atendeu a um pedido da União.

A redução das contribuições fez parte do pacote de medidas anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para ajudar empresas afetadas pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

O corte de 50% havia sido suspenso pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), a pedido do Serviço Nacional do **Comércio** (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem (Senac), que tiveram a solicitação negada na primeira instância.

A entidades do **Sistema S** alegam que a redução nas contribuições afeta de forma drástica o trabalho realizado por elas, que inclui formação de trabalhadores, a manutenção de escolas de nível básico e médio e a prestação de assistência social e atendimento de saúde, entre outras atividades.

Ao STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu o corte nas contribuições como meio de amenizar os impactos da crise econômica provocada pela pandemia, em especial no que diz respeito à saúde financeira de empresas e a manutenção de empregos.

Ao concordar com os argumentos da AGU, Toffoli argumentou que 'não cabe ao Poder Judiciário decidir quem deve ou não pagar impostos, ou mesmo quais políticas públicas devem ser adotadas, substituindo-se aos gestores responsáveis pela condução dos destinos do Estado, neste momento'.

A exceção se daria caso houvesse violação à Constituição, ressaltou Toffoli. Ele lembrou que há duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI's) relatadas pelo ministro Ricardo Lewandowski que contestam a MP 932/2020 e que ainda devem ser julgadas pelo plenário do Supremo.

Contribuições

O **Sistema S** é um conjunto de entidades, administradas por federações e confederações patronais, voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica.

São elas o Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do **Comércio** (Sesc); Serviço Nacional de Aprendizagem do **Comércio** (Senac); Serviço Social de Transporte (Sest); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

As contribuições ao sistema incidem sobre a folha de salários das empresas que integram a

categoria correspondente e são repassadas pelo governo às entidades. As alíquotas variam de 0,2% a 2,5%. As indústrias, por exemplo, recolhem 1% ao Senai e 1,5% ao Sesi sobre a folha de pagamento. As empresas do comércio recolhem 1,5% ao Sesc.

De acordo com a MP 932/2020, por três meses as alíquotas foram reduzidas da seguinte forma : Sescoop, 1,25%; Sesi, Sesc e Sest, 0,75%; Senac, Senai e Senat, 0,5%; Senar, 1,25% sobre a folha de pagamento; 0,125% sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa jurídica e pela agroindústria; e 0,10% sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa física e segurado especial.

Apenas as alíquotas de contribuição ao Sebrae não mudaram. Entretanto, o texto prevê que o Sebrae repasse ao Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas ao menos 50% do adicional que recebe para execução das políticas de apoio às micro e pequenas empresas.

Já a retribuição paga à Receita Federal pelas entidades, pelo serviço de recolhimento das contribuições, será de 7% do montante arrecadado. Hoje, essa retribuição é de 3,5%. A nova alíquota vale também por três meses para o Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar e Sescoop.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - COMÉRCIO, SISTEMA S**

Governo avalia revisar benefícios sociais para prorrogar auxílio emergencial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Pressionada a prorrogar ou até mesmo tornar permanente o auxílio emergencial de R\$ 600 desenhado para socorrer trabalhadores informais durante o pico da pandemia do novo coronavírus, a equipe econômica quer atrelar o debate a uma revisão de gastos sociais considerados ineficientes. Na mira dos técnicos, estão gastos como abono salarial, seguro-defeso (pagamento a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida) e farmácia popular.

O argumento é que uma revisão nesses benefícios abriria espaço no Orçamento para

acomodar uma renda básica à população ou alguma outra proposta de fortalecimento das políticas sociais no Brasil. No formato atual, o auxílio emergencial custa cerca de R\$ 45 bilhões ao mês, uma despesa que não cabe no Orçamento nem no teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação.

O abono salarial está na mira da equipe desde o governo de transição. Só neste ano, serão R\$ 19,85 bilhões pagos a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que 39% dos benefícios são pagos a um terço mais rico da população, enquanto só 16% vão para o terço mais pobre.

A realidade é bem distinta do Bolsa Família, que custa cerca de R\$ 30 bilhões por ano e paga 77% de seus benefícios para o terço mais pobre dos brasileiros. Além disso, quase metade do abono salarial é transferido hoje a trabalhadores da Região Sudeste, enquanto o Nordeste (onde a taxa de pobreza é o dobro da média nacional) fica com 22,4% do benefício. Na análise do Ipea, a contribuição do abono para a redução da pobreza no País é equivalente a zero.

O programa farmácia popular, que promove a distribuição de medicamentos de uso comum (para tratamento de hipertensão, diabetes e

asma, por exemplo), também é considerado sem foco pelos técnicos, por beneficiar famílias independentemente de sua renda. Para retirar um remédio pelo programa, basta apresentar documento de identificação e receita médica. O programa custa cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Outro 'alvo' dos técnicos, o seguro-defeso, pago a pescadores artesanais na época de reprodução dos peixes, tem sido usado em fraudes. Nos últimos 20 anos, o gasto com esse benefício teve um crescimento médio de 21% ao ano, já descontada a inflação, chegando a R\$ 2,5 bilhões em 2018, segundo o Ministério da **Economia**. A Controladoria-Geral da União (CGU) também identificou saques do benefício feitos a mais de mil quilômetros do local de residência do beneficiário. Além disso, quase dois terços dos pescadores resgatam todas as parcelas de uma única vez, o que apontaria para a ineficácia da política como substituição da renda.

Em entrevista na semana passada ao Estadão/Broadcast, o secretário de Política Econômica do Ministério da **Economia**, Adolfo Sachsida, disse que o auxílio emergencial foi feito para durar 'três meses e acabou' e que qualquer programa futuro só terá espaço no Orçamento com a revisão de outros gastos.

Negociação

A discussão da revisão dos benefícios, porém, leva tempo e muitas vezes requer até mesmo mudança na Constituição, como é o caso do abono salarial. A aprovação de emenda constitucional precisa do apoio de 308 deputados e de 49 senadores em dois turnos de votação. Na reforma da Previdência, a Câmara chegou a aprovar uma redução no alcance do abono salarial, mas a mudança foi derrubada no Senado Federal.

O governo também foi derrotado recentemente pelo Congresso numa votação sobre a ampliação do alcance do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Os parlamentares estenderam o pagamento do benefício, no valor de um **salário** mínimo (R\$ 1.045), a todos os brasileiros com renda familiar por pessoa de até R\$ 522,50 - o dobro do limite atual, de R\$ 261,25. A alteração vai gerar custo adicional de R\$ 20 bilhões ao ano a partir de 2021.

O BPC é um dos programas sob avaliação este ano do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Os resultados são publicados no ano seguinte ao da análise.

A manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 além dos três meses definidos inicialmente pelo governo já virou bandeira de parlamentares e entrou na conta das projeções de **mercado** para o resultado fiscal do Brasil

em 2020. Economistas, porém, alertam para o risco de o País repetir os erros da crise de 2008, quando políticas temporárias para resgatar empresas e famílias se tornaram permanentes e contribuíram para o processo de deterioração das contas públicas.

Em relatório a clientes, o BTG Pactual espera uma prorrogação do auxílio emergencial por ao menos três meses, o que levaria o déficit deste ano para R\$ 940 bilhões. Nas contas do economista Gabriel Leal de Barros, do BTG, as medidas contra a crise já elevaram a despesa do governo em R\$ 375 bilhões, e a extensão do benefício por mais 90 dias geraria custo adicional de R\$ 150 bilhões.

O economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que é preciso cautela no debate sobre a transformação do auxílio emergencial em política permanente. 'A base dessa discussão é arriscada. Da última vez que isso aconteceu, o remédio foi pior que a doença.'

O economista da FGV é defensor de melhorias nas políticas sociais, mas vê risco de a discussão agora ir numa direção insustentável para as contas do País.

No Congresso, o argumento de parlamentares é evitar que as famílias fiquem sem nenhuma renda num momento em que a circulação do

novo coronavírus no País ainda poderá inviabilizar a retomada plena das atividades e do emprego. 'É importante que ele (benefício) cubra todo o período da pandemia', diz a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), defensora da prorrogação.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Flexibilização do Código de Trânsito é prioridade máxima para Bolsonaro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo federal enviou para líderes de partidos do Centrão uma lista de projetos considerados prioritários para serem votados em maio e junho. A relação difere das matérias que vêm sendo consideradas mais importantes pelo Ministério da **Economia**. Na área econômica, Bolsonaro incluiu entre as prioridades a medida provisória do **salário** mínimo, a autonomia ao Banco Central e a nova Lei de Falências.

Para o presidente, no entanto, o projeto mais urgente é o que altera o Código de Trânsito Brasileiro. O texto aumenta a validade da

carteira de motorista de cinco para dez anos e amplia de 20 para 40 pontos o limite para a suspensão da habilitação.

Essas duas medidas foram acolhidas em versão mais recente do relatório do deputado Juscelino Filho (DEM-MA). O governo tenta votar esse projeto há quase um ano. O texto foi apresentado em junho de 2019.

Em seguida, na lista das prioridades do governo, aparecem a regulamentação da segurança de barragens e o novo regime de recuperação judicial para empresas, conhecido como nova Lei de Falências. O Planalto trabalhava para que esses três projetos fossem votados até a primeira quinzena de maio, o que não aconteceu. O governo também quer a aprovação da autonomia do BC até o final deste mês.

Foi pedido aos deputados do Centrão que o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), seja o relator da MP que regulamenta o **salário** mínimo. A relatoria é importante para o governo porque há o temor de que o Congresso possa aumentar o valor já definido pelo Planalto, o que impactaria nas contas da União.

Congresso em Foco

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA**

Covid-19: Medidas econômicas adotadas por alguns países para socorrer população e empresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Para tentar conter efeitos da pandemia sobre a **economia** diversos países vêm adotando medidas econômicas com o intuito de tentar minimizar os impactos da pandemia do coronavírus anunciando auxílios para famílias mais vulneráveis e incentivos tributários para as empresas.

Com muitos deles já entrando em recessão, as ações encontradas para enfrentar a crise vão desde a implementação de uma renda básica para as pessoas mais vulneráveis até incentivos tributários e linhas de financiamento voltadas para pequenas e médias empresas.

Com base nas páginas oficiais dos governos, agências de notícias internacionais e em um levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), coordenado pelo professor André Vargas, o G1 compilou as principais ações adotadas por algumas nações.

Argentina

Em março, o governo argentino anunciou um auxílio emergencial no valor 10 mil pesos (cerca de R\$ 840) para os trabalhadores de 18 a 65 anos que são autônomos, aposentados, pensionistas e dependentes de bolsas governamentais. Esse valor foi pago à população em abril, de uma só vez.

Houve ainda um pagamento extra de 3.103 pesos (cerca de R\$ 260) a programas sociais voltado para pessoas com filhos e um decreto do presidente argentino Alberto Fernández no dia 1º de abril proibindo férias coletivas e demissões sem justa causa por 2 meses.

Para os negócios, o governo lançou uma linha de crédito com **juros** abaixo da inflação e, por meio do 'Programa de Recuperación Productiva (Repro)', o Estado assumiu parte da carga salarial de empresas de transporte de passageiros, hotelaria e entretenimento, além de isentá-las do pagamento de impostos patronais.

Colômbia

Para a população de baixa renda, o governo colombiano implementou uma ajuda de 160 mil

pesos (em torno de R\$ 230) para cada família em situação de vulnerabilidade e um auxílio emergencial para as pessoas que perderam o emprego por causa da crise gerada pela pandemia.

O governo ainda fará uma devolução de impostos já pagos para 1 milhão de pessoas de baixa renda. Uma outra medida foi voltada especificamente para os guias turísticos do país. O Ministério de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia anunciou a esse grupo uma ajuda mensal de 585 mil pesos (cerca de R\$ 850) por até três meses.

Para as empresas, houve isenção do imposto sobre venda (IVA) - sob algumas regras - e a cobrança de um imposto temporário sobre renda de funcionários públicos com os salários mais altos.

Estados Unidos

No dia 15 de abril, o governo dos Estados Unidos começou a depositar cheques no valor de US\$ 1.200,00 para cada pessoa ou chefe de família, com um adicional de US\$ 500 por filho. Essa ajuda possui um limite de renda bruta anual a depender da forma como as famílias declaram os impostos.

O valor e o tempo do seguro-desemprego foram elevados para US\$ 600 por semana durante quatro meses. Essa são algumas das medidas de um pacote de US\$ 2,2 trilhões aprovado pela Câmara dos EUA e assinada pelo presidente Donald Trump no final de março. Desse total, foram direcionados:

US\$ 500 bilhões para fundo voltado a ajudar indústrias afetadas com empréstimos US\$ 350

bilhões para empréstimos a pequenas empresas US\$ 250 bilhões para seguro-desemprego US\$ 100 bilhões para hospitais e sistemas de saúde US\$ 150 bilhões para ajuda a governos locais e estatais para combaterem o surto.

Além disso, no final de abril, o governo direcionou mais US\$ 484 bilhões para ajudar pequenas empresas e hospitais, elevando para US\$ 3 trilhões o pacote de ajuda. o governo da Califórnia está oferecendo benefícios adicionais para os trabalhadores afetados pela Covid-19: aqueles que receberem auxílio-desemprego do governo central, vão receber US\$ 600 a mais em seu valor semanal.

Gavin Newsom, governador da Califórnia, também emitiu uma ordem executiva proibindo vendedores de aumentar os preços de alimentos, bens de consumo, suprimentos médicos ou de emergência em mais de 10%.

Japão

O governo japonês anunciou no início de abril um pacote de ajuda financeira de quase US\$ 1 trilhão (o que corresponde a 20% do PIB do país) para auxiliar famílias e empresas a atravessarem a recessão. Dentre essas medidas, o governo do Japão irá pagar cerca US\$ 900 (100.000 ienes) para todos os seus cidadãos, segundo uma decisão tomada no dia 16 de abril pelo primeiro-ministro japonês Shinzo Abe.

Os pagamentos são voltados para todos os cidadãos do Japão, independentemente da classe social e idade. Além disso, o pacote prevê que pequenas e médias empresas tomem empréstimos em bancos privados com

taxa de **juros** zero. O Banco Central japonês também anunciou a retirada do limite máximo para a compra de títulos do governo e o aumento de compra de papéis corporativos e notas promissórias - o que permite empresas captarem recursos à curto prazo.

China

O governo chinês implementou as seguintes medidas tributárias:

dedução total do imposto de renda para empresas produtoras de materiais ou suprimentos essenciais dedução total do imposto de renda corporativo ou individual para empresas ou pessoas que fizeram doações para o combate ao coronavírus isenção de imposto de renda para trabalhadores da saúde

Já o governo da cidade de Pequim determinou:

prorrogação do pagamento de impostos para pequenas e médias empresas com dificuldades provocadas pela epidemia subsídios para empresas que contrataram trabalhadores que perderam o emprego e redução de taxas para concessão de empréstimos a empresas

Em Xangai, as medidas foram:

obrigatoriedade dos bancos locais concederem empréstimos com taxas de **juros** 25 pontos abaixo da taxa básica retorno do pagamento de prêmios do seguro desemprego adiamento do ajuste nas bases de cálculo previdenciário.

Essas medidas também começaram a ser implementadas nos meses de janeiro e fevereiro, antes de a disseminação do vírus ser considerada uma pandemia.

Alemanha

O governo alemão aprovou, no final de março, um plano de recuperação econômica no valor de 750 bilhões de euros para:

complementar o **salário** de trabalhadores com jornada reduzida promover auxílio a autônomos e pequenas empresas criação de fundo de 'socorro' para promoção do crédito ou aquisição de empresas que estejam passando por dificuldades

França

O governo da França aprovou em meados de abril um plano de emergência no valor de 110 bilhões de euros. Desse montante, 45 bilhões serão destinados a empresas e desempregados.

O plano também prevê que 300 bilhões de euros serão utilizados como garantia, por parte do Estado, aos empréstimos bancários realizados por empresas. Uma outra soma de 20 bilhões de euros será alocada para permitir que o Estado detenha participação no capital das empresas em dificuldade.

África do Sul

Para combater a desaceleração econômica e o aumento da pobreza, o governo do país anunciou:

diminuição da taxa básica de **juros** crédito para pequenas empresas e fazendeiros incentivos ao setor industrial pacote de US\$ 26,3 bilhões para aliviar a situação de 'fome e aflição social' que afeta tantas pessoas no país. Nesse

pacote, está incluso o fornecimento de mais de 250.000 porções de comida pelo país

Veja AQUI matéria completa com as medidas adotadas por outros países em meio a essa que pode ser considerada como o pior desempenho na **economia** global desde a Grande Depressão, segundo FMI

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo federal sanciona lei que cria programa de apoio às microempresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que cria o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A Lei nº 13.999/2020, que abre crédito especial no valor de R\$ 15,9 bilhões, foi publicada no Diário Oficial da União e entra em vigor hoje. O objetivo é garantir recursos para os pequenos negócios e manter empregos durante a pandemia do novo coronavírus no país.

Pelo texto, aprovado no fim de abril pelo Congresso, micro e pequenos empresários poderão pedir empréstimos de valor correspondente a até 30% de sua receita bruta

obtida no ano de 2019.

Caso a empresa tenha menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo será de até 50% do seu capital social ou a até 30% da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

As empresas beneficiadas assumirão o compromisso de preservar o número de funcionários e não poderão ter condenação relacionada a trabalho em condições análogas às de escravo ou a trabalho infantil.

Os recursos recebidos do Pronampe servirão ao financiamento da atividade empresarial e poderão ser utilizados para investimentos e para capital de giro isolado e associado, mas não poderão ser destinados para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

As instituições financeiras participantes poderão formalizar as operações de crédito até três meses após a entrada em vigor desta lei, prorrogáveis por mais três meses. Após o prazo para contratações, o Poder Executivo poderá adotar o Pronampe como política oficial de crédito de caráter permanente com o objetivo de consolidar os pequenos negócios.

Deverá ser aplicada ao valor concedido a taxa básica de **juros**, a Selic, atualmente em 3%, acrescidos de 1,25%. O prazo para pagamento do empréstimo será de 36 meses.

Os bancos que aderirem ao programa entrarão com recursos próprios para o crédito, a serem garantidos pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO-BB) em até 85% do valor.

Os empréstimos poderão ser pedidos em qualquer banco privado participante e no Banco do Brasil, que coordenará a garantia dos empréstimos. Outros bancos públicos que poderão aderir são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia e bancos estaduais. É permitida ainda a participação de agências de fomento estaduais, de cooperativas de crédito, de bancos cooperados, de instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, das fintechs e das organizações da sociedade civil de interesse público de crédito.

A lei foi sancionada com quatro vetos

Um dos trechos vetados previa que os bancos deveriam conceder o financiamento no âmbito do Pronampe, mesmo que a empresa tivesse anotações em quaisquer bancos de dados,

públicos ou privados, de restrição ao crédito, inclusive protesto.

Para o governo, essa medida contraria o interesse público, bem como os princípios da seletividade, da liquidez e da diversificação de riscos, ao possibilitar que empresas que se encontrem em situação irregular, bem como de insolvência iminente, tome empréstimo, em potencial prejuízo aos cofres públicos. Além disso, com dispositivo proposto, as instituições financeiras poderiam direcionar as operações de crédito sob garantia do Pronampe para o pagamento de dívidas de suas próprias carteiras.

Acesso ao crédito

De acordo com pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria da Fundação Getúlio Vargas, cresceu em 8 pontos percentuais a proporção de empresários que buscou crédito entre 7 de abril e 5 de maio deste ano. O levantamento mostra ainda que 90% das empresas de micro e pequeno porte registram queda nas receitas.

Entretanto, o mesmo estudo mostra que 86% dos pequenos empresários que buscaram crédito para manter seus negócios não conseguiram ou ainda têm seus pedidos em análise. Desde o início das medidas de

isolamento no Brasil, apenas 14% daqueles que solicitaram crédito tiveram sucesso.

A pesquisa, realizada entre 30 de abril e 5 de maio, ouviu 10.384 microempreendedores individuais (MEI) e donos de micro e pequenas empresas de todo o país. Essa é a 3ª edição de uma série iniciada pelo Sebrae no mês de março, pouco depois do anúncio dos primeiros casos da doença no país.

O levantamento da entidade confirma uma tendência já identificada em outras pesquisas do Sebrae, de que os donos de pequenos negócios têm, historicamente, uma cultura de evitar a busca de empréstimo. Mesmo com a queda acentuada no faturamento, 62% não buscaram crédito desde o começo da crise. Dos que buscaram, 88% o fizeram em instituições bancárias. Já entre os que procuraram em fontes alternativas, parentes e amigos (43%) são a fonte de empréstimos mais citada, seguidos de instituições de microcrédito (23%) e negociação de dívidas com fornecedores (16%).

Para o Sebrae, esse comportamento pode ter diversas razões, entre elas as elevadas taxas de **juros** praticadas pelas instituições financeiras, o excesso de burocracia ou a falta de garantias por parte das pequenas empresas.

Analisando a procura de crédito junto aos agentes financeiros, a 3ª Pesquisa do Impacto do Coronavírus nos Pequenos Negócios mostrou que os mais demandados, desde o início da crise, foram os bancos públicos (63%), seguidos dos bancos privados (57%) e cooperativas de crédito (10%). Entretanto, avaliando a taxa de sucesso desses pedidos, o estudo do Sebrae apontou que as cooperativas de crédito lideram na concessão de empréstimos (31%) e, na sequência, aparecem os bancos privados (12%) e os bancos públicos (9%).

A pesquisa completa está disponível no site do Sebrae.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Balanco mostra queda em produção de lixo domiciliar durante pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Balanco realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) e pela Associação Internacional de Resíduos Sólidos no Brasil (ISWA) mostrou que a geração de resíduos domiciliares no país caiu 7,25%, em abril, na comparação com o mesmo período do ano passado. A pesquisa foi feita junto a empresas que representam 60% do **mercado** privado de limpeza urbana e que atuam em todas as regiões do Brasil.

'Historicamente temos observado que a geração de resíduos guarda relação direta com o poder aquisitivo e hábitos de consumo de cada sociedade. Nada influencia mais na decisão de

compra do consumidor do que instabilidade e retração econômica. De acordo com o resultado da pesquisa, observamos uma tendência de redução na produção de resíduos, que deve permanecer até que a **economia** volte a dar sinais de retomada', disse o diretor presidente da Abrelpe, Carlos Silva Filho.

O estudo indicou que a coleta de materiais recicláveis aumentou entre 25% e 30% no período, o que não indica aumento da reciclagem na mesma proporção. Segundo os dados, boa parte do volume coletado tem sido encaminhado para os aterros sanitários devido ao fechamento ou diminuição da atuação nas unidades de triagem em diversas cidades. 'Esse crescimento mostra que tem havido uma alteração no perfil dos resíduos gerados, com menos orgânicos e mais embalagens, consequência do aumento do **mercado** online para alimentação ou itens em geral', analisou Silva Filho.

Com relação aos resíduos de serviços de saúde, os dados mostram redução de 15,6% no país. Segundo Silva Filho, isso indica que o Brasil caminha na direção oposta à tendência mundial, que tem sido de crescimento. Uma das possibilidades para a variação negativa é que haja deficiência na segregação de materiais infectantes e na destinação inadequada, o que traz diversos riscos para a população em geral, para os trabalhadores do setor e para o meio ambiente.

Silva Filho avaliou ainda que as medidas adotadas desde o início da pandemia pelas empresas operadoras dos serviços de limpeza

urbana e manejo de resíduos conseguiram proteger a saúde dos trabalhadores e a continuidade dos serviços.

'No entanto, algumas decisões recentes, tais como a de retirar tais atividades da lista de serviços essenciais e para ampliação das restrições de circulação nas cidades sem isenção para a limpeza urbana, têm prejudicado diversos serviços e intensificado os temores dessa mão de obra que tem sido indispensável no combate ao coronavírus', concluiu.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Tendência de mercado, cashback chega a Natal para movimentar vendas online



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em português, cashback significa 'dinheiro de volta' e é uma tendência de **mercado** que tem incentivado os consumidores a fazer compras em estabelecimentos parceiros. Uma vez que a compra em um parceiro é efetivada, surge uma mensagem informando que ela rendeu parte do dinheiro de volta, mostrando também o percentual e o valor em reais.

A ideia do sistema é fidelizar clientes e aumentar o faturamento com a adesão de novos usuários à plataforma, contribuindo para o crescimento do varejo de modo geral, papel importante para o desenvolvimento econômico

brasileiro e regional.

Uma das dúvidas que pairam entre os consumidores é sobre a segurança do sistema, além do medo de burocracias ou de o bônus prometido não ser real. O diretor de marketing do Koinz, plataforma potiguar recém-lançada e que trabalha com esse segmento de **mercado**, explica que essas ideias precisam ser desmitificadas.

'Não é preciso ter medo, pois o bônus de cada compra em lojas parceiras fica imediatamente disponível. Com o Koinz, é muito simples visualizar os bônus já ganhos, de quais lojas eles são e usá-los nas suas próximas compras', assegura Giovanni Magnus.

No caso da plataforma local, o dinheiro de volta fica disponível no app imediatamente a cada compra realizada na máquina Koinz e esse não é o único benefício oferecido. No Koinz, ao fazer indicações para amigos, os usuário também ganham.

'Quando um usuário indica alguém e essa pessoa faz o cadastro no app, ele ganha R\$ 5 de dinheiro disponível e quando a pessoa indicada recebe cashback, quem indicou também ganha cerca de 14% do valor

correspondente, ou seja, é um ecossistema em que todos ganham", destaca Giovanni Magnus.

Existente nos Estados Unidos desde 1990, no Brasil o cashback é uma prática recente, com cerca de cinco anos, e ganhou visibilidade com o surgimento do e-commerce, com as carteiras virtuais. Essa percepção se consolidou quando, em meio à crise, o vendedor se viu obrigado a procurar outras alternativas para atrair o comprador e, a partir daí, houve uma maior adesão dos varejistas a esse tipo de programa.

Giovanni conta que o uso do aplicativo é simples: ao baixar em seu celular e ativar o cadastro, basta informar o CPF na hora de pagar as compras com cartão, de crédito ou débito e parte do valor gasto é automaticamente recuperado, podendo ser usado novamente no mesmo ou em qualquer outro local parceiro do Koinz. 'Com isso, os clientes têm a vantagem de lucrar independentemente do tipo de produto ou empresa parceira', explica.

Primeiros usuários se mostram satisfeitos

Através das avaliações do Koinz nas lojas de aplicativos, é possível visualizar o feedback de alguns usuários. Até o momento, a empresa acumula ótimas notas.

'Comprei ração para meu cachorro, ganhei um percentual de volta em saldo para o app, onde eu posso usar em qualquer estabelecimento da plataforma', escreveu um consumidor. 'Fui abastecer e ganhei dinheiro de volta', avaliou outro usuário.

No Koinz, além da porcentagem padrão dos cashbacks, são ofertadas campanhas diárias de porcentagens mais específicas de dinheiro de volta, que chegam a devolver maiores valores ao consumidor através de uma plataforma inteligente de acompanhamento de seus clientes. Com esses atrativos periódicos, os consumidores se tornam fiéis aos estabelecimentos parceiros para novas aquisições.

Para fazer parte da Koinz e ganhar cashbacks, basta fazer o download do aplicativo no Google Play Store, Apple Store ou em www.koinz.com.br/download-do-app.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo avalia revisar benefícios sociais para prorrogar auxílio emergencial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

Pressionada a prorrogar ou até mesmo tornar permanente o auxílio emergencial de R\$ 600 desenhado para socorrer trabalhadores informais durante o pico da pandemia do novo coronavírus, a equipe econômica quer atrelar o debate a uma revisão de gastos sociais considerados ineficientes. Na mira dos técnicos, estão gastos como abono salarial, seguro-defeso (pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida) e farmácia popular.

O argumento é que uma revisão nesses benefícios abriria espaço no Orçamento para acomodar uma renda básica à população ou alguma outra proposta de fortalecimento das políticas sociais no Brasil. No formato atual, o auxílio emergencial custa cerca de R\$ 45 bilhões ao mês, uma despesa que não cabe no Orçamento nem no teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação.

O abono salarial está na mira da equipe desde o governo de transição. Só neste ano, serão R\$ 19,85 bilhões pagos a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que 39% dos benefícios são pagos a um terço mais rico da população, enquanto só 16% vão para o terço mais pobre.

A realidade é bem distinta do Bolsa Família, que custa cerca de R\$ 30 bilhões por ano e paga 77% de seus benefícios para o terço mais pobre dos brasileiros. Além disso, quase metade do abono salarial é transferido hoje a trabalhadores da Região Sudeste, enquanto o Nordeste (onde a taxa de pobreza é o dobro da média nacional) fica com 22,4% do benefício. Na análise do Ipea, a contribuição do abono para a redução da pobreza no País é equivalente a zero.

O programa farmácia popular, que promove a

distribuição de medicamentos de uso comum (para tratamento de hipertensão, diabetes e asma, por exemplo), também é considerado sem foco pelos técnicos, por beneficiar famílias independentemente de sua renda. Para retirar um remédio pelo programa, basta apresentar documento de identificação e receita médica. O programa custa cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Outro 'alvo' dos técnicos, o seguro-defeso, pago a pescadores artesanais na época de reprodução dos peixes, tem sido usado em fraudes. Nos últimos 20 anos, o gasto com esse benefício teve um crescimento médio de 21% ao ano, já descontada a inflação, chegando a R\$ 2,5 bilhões em 2018, segundo o Ministério da **Economia**. A Controladoria-Geral da União (CGU) também identificou saques do benefício feitos a mais de mil quilômetros do local de residência do beneficiário. Além disso, quase dois terços dos pescadores resgatam todas as parcelas de uma única vez, o que apontaria para a ineficácia da política como substituição da renda.

Em entrevista na semana passada ao Estadão/Broadcast, o secretário de Política Econômica do Ministério da **Economia**, Adolfo Sachsida, disse que o auxílio emergencial foi feito para durar 'três meses e acabou' e que qualquer programa futuro só terá espaço no Orçamento com a revisão de outros gastos.

Negociação

A discussão da revisão dos benefícios, porém, leva tempo e muitas vezes requer até mesmo mudança na Constituição, como é o caso do abono salarial. A aprovação de emenda constitucional precisa do apoio de 308 deputados e de 49 senadores em dois turnos de votação. Na reforma da Previdência, a Câmara chegou a aprovar uma redução no alcance do abono salarial, mas a mudança foi derrubada no Senado Federal.

O governo também foi derrotado recentemente pelo Congresso numa votação sobre a ampliação do alcance do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Os parlamentares estenderam o pagamento do benefício, no valor de um **salário** mínimo (R\$ 1.045), a todos os brasileiros com renda familiar por pessoa de até R\$ 522,50 - o dobro do limite atual, de R\$ 261,25. A alteração vai gerar custo adicional de R\$ 20 bilhões ao ano a partir de 2021.

O BPC é um dos programas sob avaliação este ano do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Os resultados são publicados no ano seguinte ao da análise.

A manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 além dos três meses definidos inicialmente pelo governo já virou bandeira de

parlamentares e entrou na conta das projeções de **mercado** para o resultado fiscal do Brasil em 2020. Economistas, porém, alertam para o risco de o País repetir os erros da crise de 2008, quando políticas temporárias para resgatar empresas e famílias se tornaram permanentes e contribuíram para o processo de deterioração das contas públicas.

Em relatório a clientes, o BTG Pactual espera uma prorrogação do auxílio emergencial por ao menos três meses, o que levaria o déficit deste ano para R\$ 940 bilhões. Nas contas do economista Gabriel Leal de Barros, do BTG, as medidas contra a crise já elevaram a despesa do governo em R\$ 375 bilhões, e a extensão do benefício por mais 90 dias geraria custo adicional de R\$ 150 bilhões.

O economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que é preciso cautela no debate sobre a transformação do auxílio emergencial em política permanente. 'A base dessa discussão é arriscada. Da última vez que isso aconteceu, o remédio foi pior que a doença.'

O economista da FGV é defensor de melhorias nas políticas sociais, mas vê risco de a discussão agora ir numa direção insustentável para as contas do País.

No Congresso, o argumento de parlamentares

é evitar que as famílias fiquem sem nenhuma renda num momento em que a circulação do novo coronavírus no Brasil ainda poderá inviabilizar a retomada plena das atividades e do emprego. 'É importante que ele (benefício) cubra todo o período da pandemia', diz a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), defensora da prorrogação. Estação

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

'A gente tem que facilitar, desburocratizar o processo de liberação de crédito'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A sanção da lei que concede uma linha de crédito para que pequenas e microempresas minimizem os impactos econômicos da pandemia pelo coronavírus foi comemorada pelos senadores, nesta terça-feira (19).

A Lei 13.999, de 2020, que cria o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), foi publicada no Diário Oficial da União desta terça, e mesmo com vetos, segundo o autor do projeto que deu origem às novas regras, senador Jorginho Mello (PL-SC), será um suporte necessário para a recuperação da **economia**.

'A gente tem que facilitar, desburocratizar [o

processo de liberação de crédito]. Esse é o objetivo da nossa lei', ressaltou o senador.

Para o senador Jean Paul Prates (PT-RN), o Congresso Nacional tem se preocupado em aprovar medidas de auxílio às empresas com o objetivo de preservar os pequenos negócios e, conseqüentemente, as vagas de trabalho.

'A pandemia afetou todos os brasileiros e, por isso, precisamos apoiar medidas em prol da recuperação da **economia** e da preservação do emprego para trabalhadores e trabalhadoras', afirmou em sua conta no Twitter.

A iniciativa, segundo o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), vai permitir que o pequeno empreendedor tenha acesso a um crédito mais barato.

'Foi sancionado o Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe). Empresas poderão tomar empréstimos de até 30% da receita bruta anual registrada em 2019. É uma ação muito importante para nossa **economia**', declarou, também pelo Twitter.

Serão R\$ 15,9 bilhões destinados ao programa de financiamento, com taxa de **juros** anual máxima igual à Selic (taxa básica da **economia**, definida pelo Banco Central) mais 1,25% sobre o valor concedido, com prazo de pagamento de 36 meses.

No Twitter, o senador Lasier Martins (Podemos-RS) também comentou sobre a sanção. 'O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) foi

sancionado. Micro e pequenos empresários terão uma linha de crédito para enfrentar os efeitos da pandemia da covid-19', disse.

VETOS

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou os vetos feitos pelo presidente Jair Bolsonaro à matéria.

Para ele, ao não permitir a carência de oito meses para que os empresários iniciem o pagamento do empréstimo e proibir a prorrogação do parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o governo demonstra descaso com o setor.

'Criamos no Congresso um auxílio importante para os micro e pequenos empresários através do Pronampe. No entanto, Bolsonaro vetou a carência para o pagamento do empréstimo e a prorrogação de prazos para pagamentos. Até agora, Bolsonaro não fez nada pelo setor!', reclamou no Twitter.

A proposta (PL 1.282/2020) que originou a lei foi aprovada em sessão remota do Senado com 74 votos favoráveis, no dia 24 de abril.

Os vetos aos dispositivos só podem ser derrubados pela maioria dos deputados e dos senadores em sessão do Congresso convocada para analisar a sanção do presidente.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Por que a afirmação 'basta aumentar os leitos contra covid-19' é falsa e tem o objetivo de lhe enganar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Daniel Menezes

Outra falácia para quem quer acabar com o isolamento social, alimentando falsas expectativas - a de que é o isolamento e não a pandemia quem deprime a **economia** -, é a que diz: basta aumentar os leitos para recepcionar os doentes. Falando assim, de boca pra fora, a situação fica parecendo falta de vontade e/ou de gestão. Porém, trata-se de uma afirmação alicerçada numa confrontação política despida de realidade factual.

Montar um leito para receber doentes pela

covid-19 necessita de três pontos fundamentais:

Estrutura física específica, de modo que todo o hospital - ou parte dele - funcione de maneira completamente autônoma. Não pode existir troca de ar, por exemplo, sob pena de levar o contágio para doentes que estão sendo tratados de patologias distintas. Nem todos os hospitais têm condições para tanto. Exemplifico; Equipes médicas próprias. Um médico não pode tratar pacientes da covid-19 e um, por exemplo, com cancer. Deve ficar restrito àquela condição até o término da pandemia; Um leito não é apenas um quarto e uma cama. Precisa de insumos e, principalmente, de um respirador.

É por isso que, conforme foi dito desde o início, a pandemia esfaca os sistemas de saúde. Mais uma vez por pontos:

Em curto período não é possível montar grandes estruturas isoladas, a não ser por hospital de campanha recomendados pela organização mundial de saúde; As equipes médicas são limitadas. Tanto é assim que o ministério da educação liberou a colação de grau de alunos de medicina e outras áreas próximos de se formarem. A pandemia é violenta com quem trabalha em hospitais, chegando a infectar cerca de 25% das equipes. Há dificuldade para contratar novos profissionais; Este é o aspecto que mais pesa.

Está faltando respiradores no mundo todo. Sem respirador, sem leito para covid-19. Não há nenhuma novidade aqui. O tema está sendo exaustivamente debatido desde o final de janeiro de 2020, quando na China, ficou claro que a taxa de hospitalização gerada pela covid-19 era elevada. Aproximadamente, 5% dos alcançados pela pandemia precisam de um leito de UTI por uma média de 14 dias.

O discurso da 'gripezinha' elaborado pelo presidente Jair Bolsonaro no início do problema não país, não foi apenas um deslize. Foi uma política de Estado. O Brasil tentou comprar novos respiradores apenas no dia 26 de março de 2020. Como não conseguiu, adquiriu na própria indústria nacional. No entanto, dos 14 mil prometidos, apenas 272 foram entregues pela União em todo o país.

Só os governadores que conseguiram importar da China é que tiveram acesso a mais respiradores. Ainda assim, parte dos respiradores foi confiscada pelos EUA em portos americanos. O RN, MA e SP, por exemplo, conseguiram comprar respiradores a um preço 3x maior do que o de **mercado** pela elevada demanda mundial.

Então, caro leitor, é falsa a tese de que 'basta aumentar os leitos para receber os doentes pela covid-19'. Foi cantado em verso e prosa desde o início que, controlar o vírus, era condição fundamental para não colapsar o sistema de saúde. Aliás, não apenas no Brasil,

mas em todos lugares em que o coronavírus chegou.

Leia as matérias que sustentam as informações acima nos links em seguida:

Estados e municípios cobram do Ministério da Saúde compra de respiradores,
https://jc.ne10.uol.com.br/brasil/2020/03/5604003-estados-e-municipios-cobram-do-ministerio-da-saude-compra-de-respiradores.html?fbclid=IwAR3hHQNhvHMKHWeXqRYzI8RgT_IHCi7B4h2IQU64EOJzo-5WCyXQrumXKyo

Justiça determina entrega de respiradores do RN,
http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/justia-a-determina-entrega-de-respiradores-ao-rn/478083?fbclid=IwAR0kb20_8k5SdATJp2EBIq7uZH_dT_t5LfqxOmM0dzL-5mzMZKxZo0v-q98

STF proíbe Saúde de bloquear respiradores comprados pelo Maranhão,
https://exame.abril.com.br/brasil/stf-proibe-saude-de-bloquear-respiradores-comprados-pelo-maranhao/?fbclid=IwAR3cl1DD-GpNsRvp9_CyVvspoX7UsnozYswHN3JDCRE0I7Ww2i3xVVROS3A

Doria: em SP não vamos permitir confisco de respiradores pelo governo federal,
<https://istoe.com.br/doria-em-sp-nao-vamos-permitir-confisco-de-respiradores-pelo-governo-federal/?fbclid=IwAR0GMwR0uq6MHoKWFaBDO34uCq6V-ShOVS0-uJRAwT9XKS2To2TwlyU11lg>

Coronavírus: Teich diz que governo vai distribuir 272 respiradores a estados
<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-teich-diz-que-governo-vai-distribuir-272-respiradores-estados-24393930>

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Todos na mesma mesa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ney Lopes

11 de março de 2020 é a data que mudou os rumos do mundo, com a decretação da pandemia pela OMS. No Brasil contemporâneo, o vírus fragilizou a saúde coletiva e as sucessivas crises políticas debilitam as instituições democráticas. A **economia** é conduzida, de forma ortodoxa, pelo 'czar' Paulo Guedes, que com poderes totais se nega abrir 'diálogo social amplo', concentrando-se na proteção ao 'andar de cima', sem 'divisão de sacrifícios'. Não se levam em conta alternativas de receitas fiscais, existentes em países de livre **mercado**. Os incentivos e as renúncias, sem prestação de contas, continuam intocáveis e

consomem mais de 5.1% do PIB. O foco é 'subtrair' da classe média e assalariados, que 'pagam o pato' sozinhos. Esse 'vulcão' poderá entrar em erupção no futuro, semelhante ao que ocorreu no Chile e outros países.

Ultimamente, surgiram 'luzes no final do túnel'. O presidente usou a expressão 'vamos conversar'. Disse, ainda, em tom moderado, que deseja 'resgatar os valores que formam nossa nacionalidade'. Para amanhã está prevista reunião virtual do Chefe do Governo com governadores e prefeitos. Que seja o primeiro passo!

O gesto ressurgiu a possibilidade da construção de um diálogo nacional, no qual seja possível 'unir convergências e superar divergências', sem que haja 'dono da verdade'. Há exemplos de paz política no Chile ('Concertación'), Espanha (Pacto de Moclóa), Portugal (Revolução dos Cravos e Polônia (Lech Wa??sa). Atualmente, em Israel, com diferenças tidas como intransponíveis, forma-se governo de coalizão, liderado por Netanyahu e Benny Gantz, encerrando a maior crise do país.

Para tornar viável a proposta do diálogo, o presidente teria que propor a divisão de responsabilidades, partindo do pressuposto de recuos nas posições recíprocas já adotadas, sem que seja considerado demérito, ou fraqueza. O presidente apresentaria as linhas gerais de um consistente 'Plano', que permitisse manter o isolamento em locais cientificamente recomendados e flexibilizar em outros. O ministério da saúde faria 'agenda', incorporando propostas dos governadores e prefeitos, sem

acusações, ou lamurias. Esse caminho ativaria o diálogo, através de 'Comitê da União, Estados e Municípios', composto por representantes dos entes federativos, com atuação harmônica, sem protagonismos.

Não pode continuar é o 'campo de guerra' atual. O vírus é um exército invisível, que ataca sem avisar. Para enfrentá-lo, a única estratégia sensata será 'unir' as forças dos governos federal, estadual e municipal. Assim recomenda a Constituição, confirmado pelo STF. Esse comportamento não significará adesismos. Ao contrário, colocará as forças políticas em nível de respeito e aplauso da opinião pública.

Sabe-se não ser racional a defesa da vida, paralisando a **economia**. Mas, liberar a **economia**, sem critérios rígidos e científicos, será agredir a vida. O mundo mostra que o dilema não é 'comer ou morrer', no sentido de que os mais pobres morrerão de fome se cumprirem o isolamento. A verdadeira questão é ter 'bom senso! '.

A história confirma a possibilidade de consenso. Entre os anos de 430 e 428 AC houve grande praga em Atenas. A causa foi a aglomeração nas ruas, logo combatida. Na 'gripe espanhola', a cidade da Filadélfia (1918) ignorou o distanciamento social, realizou parada com 200 mil pessoas e morreram milhares de pessoas. Na mesma época, a cidade de Saint Louis cancelou seu desfile e fechou atividades, evitando o crescimento da praga.

Todos desejamos o 'isolamento' flexibilizado. Os mais pobres precisam trabalhar para levar o 'pão' para a família, desde que as UTIs

'também' lhes atendam na rede pública. Até o **mercado** financeiro considera ser precipitado sair abruptamente do isolamento. A justificativa é que o número de casos aumentará, a **economia** para novamente, a população terá medo de sair de casa e não voltará a consumir. A flexibilização gradual na Europa e Ásia tem sido diferente. Os países abrem, após 'achatar' a curva e aplicarem testes em massa, uso de máscaras e equipamentos de proteção.

Nesta conjuntura, a palavra de ordem é 'todos na mesma mesa' (presidente, governadores e prefeitos), o que se assemelharia a fumaça branca, expelida da chaminé da Capela Sistina, quando os cardeais anunciam novo papa. O 'diálogo nacional' aliviaria a nação e se poderia exclaimar que 'habemus paz', para enfrentar e vencer a pandemia. Amém!

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Militares no poder



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Merval Pereira

No mesmo dia em que chegamos ao trágico recorde de mil mortes por dia devido à Covid-19, nada mais exemplar da militarização do governo Bolsonaro do que o general Eduardo Pazuello, exercendo a função de ministro interino da Saúde, ter assinado o novo protocolo que autoriza a utilização da cloroquina no tratamento inicial da doença.

Uma decisão polêmica, que não possui suporte técnico de credibilidade para ser adotada. A cloroquina provoca efeitos colaterais graves, como arritmias que podem ser fatais, e não se mostrou eficaz em vários testes já realizados em

diversas partes do mundo.

O general Pazuello assumir a responsabilidade de autorizar prescrições médicas temerárias demonstra que as vontades do presidente Bolsonaro já não têm barreiras para contê-las, mesmo perigosas.

Por mais competente que o general seja na questão de logística, o que justificou sua chegada ao ministério na gestão de Nelson Teich, não é sério um país que coloca um leigo em seu Ministério da Saúde para fazer o que dois ministros técnicos da área se recusaram a fazer por motivos éticos, no momento em que vivemos a maior pandemia em um século.

Para corroborar a ideia de que os militares aderiram sem restrições à marcha da insensatez de Bolsonaro, o general de Exército Luiz Eduardo Ramos, que ocupa a chefia da Secretaria de Governo, participou da manifestação de domingo na rampa do Palácio do Planalto, e teve o braço levantado para a aglomeração pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, assumindo a condição de político, embora seja um general da ativa.

Nada menos que 2.897 militares integravam em março o governo Bolsonaro, dos três ramos das Forças Armadas, número que pode ter crescido exponencialmente, como o de infectados pela Covid-19, pois somente ontem o general Pazuello levou nove militares para trabalharem com ele no Ministério da Saúde.

O presidente Bolsonaro não dá a impressão de que tenha um nome para indicar para a Saúde,

pois os que são especulados trariam para o governo uma dose a mais de insensatez ideológica talvez exagerada, principalmente quando temos uma crise tripla na saúde, na **economia** e na política.

A mesma militarização ocorre nos segundo e terceiro escalões dos demais ministérios, especialmente nos oito em que militares estão à frente. A presença de militares no governo encontra ainda um problema administrativo sério no que se refere ao **salário**.

O limite para vencimentos dos servidores públicos é de R\$ 39 mil, e o Ministério da Defesa reivindica que o teto constitucional seja aplicado separadamente sobre os rendimentos daqueles que recebem, além do **salário** de carreira, uma gratificação pela função que exercem.

Esse acúmulo de salários encontrou respaldo na Advocacia-Geral da União (AGU), alegando que há precedentes nos poderes Legislativo e Judiciário e, portanto, 'a partir de seus efeitos no Poder Executivo', seria mantida a isonomia entre os poderes. A reivindicação foi suspensa com a chegada da pandemia, mas está no ar a discussão.

Há indicações de que o presidente Bolsonaro gostaria de manter o general Pazuello no ministério, mas encontra resistência entre seus conselheiros militares, que temem que a crise da Covid-19 caia no colo dos militares caso isso aconteça. Uma preocupação despicienda depois de tudo o que está acontecendo, na área e fora dela.

Os militares sempre defenderam a tese de que não existem ministros militares, mas ministros

que têm origem militar, assim como outros são engenheiros, advogados, ou mesmo políticos. Mas o fato de que, assim como o PT aparelhou o governo nos seus 13 anos com sindicalistas e políticos fisiológicos do centrão, Bolsonaro está aparelhando o seu com o mesmo tipo de políticos e militares, e eles não podem mais se escusar de fazer parte de um governo populista de baixa qualidade técnica e moral.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Educação na pós-pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: RANIERY PIMENTA

Costuma-se dizer que, para quem não sabe aonde ir, qual-quer caminho serve. Há também aqueles que fogem desta máxima e constroem metas que os norteiam. No entanto, com a Pandemia da Covid-19, é certo dizer que o norte, de repente, sumiu e nossa geração tem a oportunidade de construir um ?novo normal?. Você imagina, por exemplo, alguma empresa que não passe a considerar o home office, após a crise?

Nos últimos anos, tenho me debruçado sobre 0 ?Futuro do Traba-lho?eo?Futuro da Educação?, dando ênfase às competências comportamentais (Soft Skills). Adaptabilidade, Pensamento Digital e Reso-lução de Problemas são hoje imprescindíveis. A Covid-19 tomou ainda mais essencial para pessoas e empresas a capacidade de desaprender e reaprender rapidamente.

Para o segmento educacional essa necessidade é ainda mais urgente. De acordo com o Banco Mundial, em pouco mais de três semanas, no mês de abril, cerca de 1,4 bilhão de estudantes ficaram fora da escola em mais de 156 países.

Com escolas fechadas, em todo o mundo se têm intensificado esforços para mitigar a descontinuidade das aulas introduzindo o ensino a distância. Muitos são os desafios, visto que isso depende de

infraestrutura e familiaridade dos alunos e educadores com as ferramentas tecnológicas de aprendizagem a distância existentes.

Em que pese os inúmeros entraves, acredito que estamos vivendo a hora e a vez da aprendizagem mediada pela tecnologia. A Educação 4.0 exige que aprendamos enquanto estamos com a mão na massa. E isso nunca fez tanto sentido. Aquelas empresas que não passarem por um processo de transformação digital dificilmente sobreviverão.

Desde 2018, o **Senac** RN tem se dedicado à disseminação do conceito de Educação 4.0 e desenvolvido projetos voltados à implementação

da Sala de Aula do Futuro, inicialmente com os Laboratórios **Senac** Microsoft Smartlab - espaços multidisciplinares que possibilitam a implementação de estratégias didáticas inovadoras nos cursos da Instituição. Tecnologias como realidade virtual e aumentada, câmeras 360º e softwares para projetos colaborativos estão disponíveis.

Nosso objetivo é gerar valor, permitindo que os estudantes sejam protagonistas no processo de construção do conhecimento, incentivando o incremento de competências como criatividade, inovação, resolução de problemas, colaboração, comunicação, adaptabilidade e resiliência.

Neste atual cenário, todas as instituições de ensino precisam

fazer o dever de casa e colocar isso prática. Revisar o planejamento e manter um bom canal de comunicação é essencial. Construir soluções e testá-las rapidamente é o único caminho possível neste momento de tantas imprevisibilidades. Neste quesito, temos muito que aprender com as startups e com o conceito de MVP (Mínimo Produto Viável).

Foi inspirado neste modelo de trabalho que, no início de abril, lançamos nossa Sala de Aula Virtual, por meio da qual cerca de 4.500 alunos estão acompanhando as aulas. Em cerca de 15 dias, transformamos um projeto que estava em fase de ideação em realidade, adaptando nossa metodologia altamente interativa ao cenário online.

Esta é uma ferramenta que veio para ficar, levando nossos cursos a um modelo híbrido, por meio do qual estudantes poderão ter

acesso a novas ferramentas tecnológicas de aprendizado.

O escritor Yuval Harari afirma que a natureza de emergências como a do novo Coronavírus fazem com que processos históricos avancem muito rapidamente. Em todo o mundo, estudiosos têm dito que a Pandemia funcionará como um "acelerador de futuros". As mudanças foram antecipadas. O futuro chegou. Que tal aproveitarmos esta oportunidade e construirmos juntos o novo normal?

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, SENAC RN

Governo avalia revisar benefícios sociais para prorrogar auxílio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

Pressionada a prorrogar ou até mesmo tornar permanente o auxílio emergencial de R\$ 600 desenhado para socorrer trabalhadores informais durante o pico da pandemia do novo coronavírus, a equipe econômica quer atrelar o debate a uma revisão de gastos sociais considerados ineficientes.

Na mira dos técnicos, estão gastos como abono salarial, seguro-defeso (pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida) e farmácia popular.

O argumento é que uma revisão nesses benefícios abriria espaço no Orçamento para acomodar uma renda básica à população ou alguma outra proposta de fortalecimento das políticas sociais no Brasil. No formato atual, o auxílio emergencial custa cerca de R\$ 45 bilhões ao mês, uma despesa que não cabe no Orçamento nem no teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação.

O abono salarial está na mira da equipe desde o governo de transição. Só neste ano, serão R\$ 19,85 bilhões pagos a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que 39% dos benefícios são pagos a um terço mais rico da população, enquanto só 16% vão para o terço mais pobre.

A realidade é bem distinta do Bolsa Família, que custa cerca de R\$ 30 bilhões por ano e paga 77% de seus benefícios para o terço mais pobre dos brasileiros. Além disso, quase metade do abono salarial é transferido hoje a trabalhadores da Região Sudeste, enquanto o Nordeste (onde a taxa de pobreza é o dobro da média nacional) fica com 22,4% do benefício. Na análise do Ipea, a contribuição do abono para a redução da pobreza no País é equivalente a zero.

O programa farmácia popular, que promove a distribuição de medicamentos de uso comum (para tratamento de hipertensão, diabetes e asma, por exemplo), também é considerado sem foco pelos técnicos, por beneficiar famílias independentemente de sua renda. Para retirar um remédio pelo programa, basta apresentar

documento de identificação e receita médica. O programa custa cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Outro 'alvo' dos técnicos, o seguro-defeso, pago a pescadores artesanais na época de reprodução dos peixes, tem sido usado em fraudes. Nos últimos 20 anos, o gasto com esse benefício teve um crescimento médio de 21% ao ano, já descontada a inflação, chegando a R\$ 2,5 bilhões em 2018, segundo o Ministério da **Economia**. A Controladoria-Geral da União (CGU) também identificou saques do benefício feitos a mais de mil quilômetros do local de residência do beneficiário. Além disso, quase dois terços dos pescadores resgatam todas as parcelas de uma única vez, o que apontaria para a ineficácia da política como substituição da renda.

Em entrevista na semana passada ao Estadão/Broadcast, o secretário de Política Econômica do Ministério da **Economia**, Adolfo Sachsida, disse que o auxílio emergencial foi feito para durar 'três meses e acabou' e que qualquer programa futuro só terá espaço no Orçamento com a revisão de outros gastos.

Negociação

A discussão da revisão dos benefícios, porém, leva tempo e muitas vezes requer até mesmo mudança na Constituição, como é o caso do abono salarial. A aprovação de emenda constitucional precisa do apoio de 308 deputados e de 49 senadores em dois turnos de votação. Na reforma da Previdência, a Câmara chegou a aprovar uma redução no alcance do abono salarial, mas a mudança foi derrubada no Senado Federal.

O governo também foi derrotado recentemente pelo Congresso numa votação sobre a ampliação do alcance do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Os parlamentares estenderam o pagamento do benefício, no valor de um **salário** mínimo (R\$ 1.045), a todos os brasileiros com renda familiar por pessoa de até R\$ 522,50 - o dobro do limite atual, de R\$ 261,25. A alteração vai gerar custo adicional de R\$ 20 bilhões ao ano a partir de 2021.

O BPC é um dos programas sob avaliação este ano do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Os resultados são publicados no ano seguinte ao da análise.

A manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 além dos três meses definidos inicialmente pelo governo já virou bandeira de parlamentares e entrou na conta das projeções de **mercado** para o resultado fiscal do Brasil em 2020. Economistas, porém, alertam para o risco de o País repetir os erros da crise de 2008, quando políticas temporárias para resgatar empresas e famílias se tornaram permanentes e contribuíram para o processo de deterioração das contas públicas.

Em relatório a clientes, o BTG Pactual espera uma prorrogação do auxílio emergencial por ao menos três meses, o que levaria o déficit deste ano para R\$ 940 bilhões. Nas contas do economista Gabriel Leal de Barros, do BTG, as medidas contra a crise já elevaram a despesa do governo em R\$ 375 bilhões, e a extensão do benefício por mais 90 dias geraria custo adicional de R\$ 150 bilhões.

O economista Marcelo Neri, do Centro de

Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que é preciso cautela no debate sobre a transformação do auxílio emergencial em política permanente. 'A base dessa discussão é arriscada. Da última vez que isso aconteceu, o remédio foi pior que a doença.'

O economista da FGV é defensor de melhorias nas políticas sociais, mas vê risco de a discussão agora ir numa direção insustentável para as contas do País.

No Congresso, o argumento de parlamentares é evitar que as famílias fiquem sem nenhuma renda num momento em que a circulação do novo coronavírus no Brasil ainda poderá inviabilizar a retomada plena das atividades e do emprego. 'É importante que ele (benefício) cubra todo o período da pandemia', diz a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), defensora da prorrogação.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

ASSUSTADOR: Demissões já afetam 13% das famílias e 40% das empresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

As demissões, suspensões de contratos ou cortes de jornada e de remuneração, entre outras medidas adotadas no **mercado** de trabalho, já afetaram 53,5% das famílias brasileiras.

Entre elas, as mais pobres, com rendimentos até R\$ 2.100, foram as mais atingidas pelo encerramento definitivo de contratos, fato que affligiu uma em cada cinco dessas famílias.

Na média de todas as faixas de remuneração, quase 13% dos lares já tiveram ao menos um dos membros demitido.

Entre as empresas, cerca de 45% das que operam nos serviços e na construção, setores com mão de obra intensiva e geralmente de menor qualificação, já cortaram pessoal.

No comércio, mais de um terço do total foi pelo mesmo caminho; na indústria, uma em cada quatro também. Na média desses quatro setores, quase 40% já demitiram.

O primeiro grande retrato dos efeitos da epidemia da Covid-19 que emerge de pesquisa entre 2.528 empresas e 1.300 consumidores revela uma parada abrupta na **economia**, além de uma expectativa bastante reduzida de que a atividade volte ao normal tão cedo.

Realizado pelo Instituto Brasileiro de **Economia** da Fundação Getulio Vargas (Ibce FGV), o levantamento foi a campo entre os dias 2 e 13 e constitui uma prévia de pesquisa com um universo ainda maior a ser divulgada no final do mês.

Segundo a pesquisa, são raros os segmentos ainda não afetados pelas medidas de distanciamento social. A grande exceção são os supermercados.

Na contramão, o tombo nas áreas de vestuário, alojamento e alimentação (sobretudo restaurantes) é impressionante.

Entre os consumidores, a grande maioria, mesmo os de maior renda, cortou o consumo de bens e serviços ao estritamente essencial, e quase a metade se vê impedida de trabalhar por conta das medidas de isolamento social.

A redução na atividade, a incerteza sobre a duração da epidemia e a queda prolongada do consumo de bens duráveis e de serviços não essenciais fazem com que cerca de 40% das empresas entrevistadas esperem uma volta à normalidade somente no final do ano ou ao longo de 2021.

Segundo Viviane Seda Bittencourt, economista do Ibre FGV, uma preocupação quanto a esse ponto é que as medidas de redução salarial e de jornada garantem aos afetados estabilidade no emprego somente durante um período futuro igual aquele em que o mecanismo esteve em vigor.

Caso não haja recuperação econômica após o fim do prazo de estabilidade previsto para o trabalhador, os empregadores poderão acabar demitindo com mais força.

A pesquisa mostra que o setor de serviços tem sido, proporcionalmente, o mais afetado pela crise, o que é preocupante pelo fato de a área representar cerca de 70% do PIB (Produto Interno Bruto) e dos empregos existentes no país.

Outra sondagem do Ibre FGV mostra que a expectativa dos agentes econômicos em relação ao futuro caiu ao menor patamar da série, iniciada em junho de 2008.

Agora em 39,7 pontos, antes o menor nível registrado pelo indicador havia sido de 62 pontos, em setembro de 2015. No começo de 2020, ele estava perto dos 90 pontos.

O economista Rodolpho Tobler afirma que o indicador já apontava tendência de piora antes mesmo da epidemia.

Um terceiro termômetro do Ibre FGV, sobre níveis de incerteza na política e na econômica, mostra o Brasil no topo de uma lista de 21 países.

Segundo a pesquisadora Anna Carolina Gouveia, o levantamento já havia atingido níveis extremamente elevados antes da chegada do coronavírus, refletindo as incertezas políticas e as dificuldades econômicas e fiscais do país.

'Isso tudo foi agravado agora pela percepção de que não há uma resposta coordenada do governo no enfrentamento dessa pandemia', afirma.

FOLHAPRESS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Demissões já afetam 13% das famílias e 40% das empresas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: wlana

As demissões, suspensões de contratos ou cortes de jornada e de remuneração, entre outras medidas adotadas no **mercado** de trabalho, já afetaram 53,5% das famílias brasileiras.

Entre elas, as mais pobres, com rendimentos até R\$ 2.100, foram as mais atingidas pelo encerramento definitivo de contratos, fato que afligiu uma em cada cinco dessas famílias.

Na média de todas as faixas de remuneração, quase 13% dos lares já tiveram ao menos um dos membros demitido.

Entre as empresas, cerca de 45% das que operam nos serviços e na construção, setores com mão de obra intensiva e geralmente de menor qualificação, já cortaram pessoal.

No comércio, mais de um terço do total foi pelo mesmo caminho; na indústria, uma em cada quatro também. Na média desses quatro setores, quase 40% já demitiram.

O primeiro grande retrato dos efeitos da epidemia da Covid-19 que emerge de pesquisa entre 2.528 empresas e 1.300 consumidores revela uma parada abrupta na **economia**, além de uma expectativa bastante reduzida de que a atividade volte ao normal tão cedo.

Realizado pelo Instituto Brasileiro de **Economia** da Fundação Getúlio Vargas (Ibce FGV), o levantamento foi a campo entre os dias 2 e 13 e constitui uma prévia de pesquisa com um universo ainda maior a ser divulgada no final do mês.

Segundo a pesquisa, são raros os segmentos ainda não afetados pelas medidas de distanciamento social. A grande exceção são os supermercados.

Na contramão, o tombo nas áreas de vestuário, alojamento e alimentação (sobretudo restaurantes) é impressionante.

Entre os consumidores, a grande maioria, mesmo os de maior renda, cortou o consumo de bens e serviços ao estritamente essencial, e quase a metade se vê impedida de trabalhar por

conta das medidas de isolamento social.

A redução na atividade, a incerteza sobre a duração da epidemia e a queda prolongada do consumo de bens duráveis e de serviços não essenciais fazem com que cerca de 40% das empresas entrevistadas esperem uma volta à normalidade somente no final do ano ou ao longo de 2021.

Segundo Viviane Seda Bittencourt, economista do Ibre FGV, uma preocupação quanto a esse ponto é que as medidas de redução salarial e de jornada garantem aos afetados estabilidade no emprego somente durante um período futuro igual aquele em que o mecanismo esteve em vigor.

Caso não haja recuperação econômica após o fim do prazo de estabilidade previsto para o trabalhador, os empregadores poderão acabar demitindo com mais força.

A pesquisa mostra que o setor de serviços tem sido, proporcionalmente, o mais afetado pela crise, o que é preocupante pelo fato de a área representar cerca de 70% do PIB (Produto Interno Bruto) e dos empregos existentes no país.

Outra sondagem do Ibre FGV mostra que a expectativa dos agentes econômicos em relação ao futuro caiu ao menor patamar da série, iniciada em junho de 2008.

Agora em 39,7 pontos, antes o menor nível registrado pelo indicador havia sido de 62 pontos, em setembro de 2015. No começo de 2020, ele estava perto dos 90 pontos.

O economista Rodolpho Tobler afirma que o

indicador já apontava tendência de piora antes mesmo da epidemia.

Um terceiro termômetro do Ibre FGV, sobre níveis de incerteza na política e na econômica, mostra o Brasil no topo de uma lista de 21 países.

Segundo a pesquisadora Anna Carolina Gouveia, o levantamento já havia atingido níveis extremamente elevados antes da chegada do coronavírus, refletindo as incertezas políticas e as dificuldades econômicas e fiscais do país.

'Isso tudo foi agravado agora pela percepção de que não há uma resposta coordenada do governo no enfrentamento dessa pandemia', afirma.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Desentendimento em tragédia entre acaba irmãos



de postos de combustíveis no Rio Grande do Norte.

De acordo com o titular da Delegacia de Polícia Civil de São Paulo do Potengi, Otacílio Medeiros, a discussão entre os irmãos seguida de homicídio e suicídio aconteceu por volta das 9h desta terça-feira. O imbróglio em torno do arrendamento da fazenda era antigo e defendido por Túlio Flor e outros familiares, posição contrária do irmão Tharcio Flor, que segundo informações de moradores da região, vivia na propriedade. Segundo o delegado Otacílio Medeiros, após investigações preliminares e coleta de depoimentos, Túlio Flor chegou à fazenda ao lado da esposa, de um irmão e da mãe, de 89 anos.

Tharcio chegou primeiro à fazenda. Segundo apuramos, ele teria passado o final de semana na fazenda. Voltou para casa e depois retornou ao local. Antes de sair ele informou aos familiares que não concordava com o arrendamento. Ele era veemente contra, porque gostava muito de lá?, relatou o delegado Otacílio Medeiros.

Ainda de acordo com o delegado, em princípio, essa é a única linha de investigação do crime, que deverá ter seu inquérito concluído em 20 dias. Acredito que vá ser por questão de herança e de terras. Imagino que não vá fugir disso?, complementou.

O crime

Os irmãos Tharcio Flor e Tú-

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

discussão familiar que culminou na morte dos irmãos Túlio Flor, 67 anos, e Tharcio Flor, 52 anos, na manhã desta terça-feira, 19, pode ter sido motivada pela possibilidade de arrendamento da fazenda Conceição, pertencente à família, e localizada em São Pedro, Agreste potiguar. A propriedade disputada pelos irmãos foi o local do crime que chocou a família e a sociedade potiguar. Os irmãos Flor, como eram conhecidos, integram uma das mais tradicionais famílias potiguares, do ramo empresarial atuante em lojas de autopeças, empresas de transporte públicos e

O titular da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP), Pedro Florêncio, informou em coletiva de imprensa nesta terça-feira, 19, que 74 policiais penais estão afastados. Catorze foram diagnosticados com Covid e os demais são suspeitos ou estão em teletrabalho por pertencerem aos grupos de risco. As escalas de trabalho estão sendo cumpridas regularmente com o pagamento de diárias operacionais.

Florêncio explicou que os presos que chegam todos os dias são encaminhados para a Penitenciária Estadual de Ceará-Mirim, na região metropolitana, onde foi reservada uma ala ex-

lio Flor se encontraram na manhã desta terça, 19, na Fazenda Conceição, de propriedade da família, e acabaram discutindo. Não concordando com o arrendamento da propriedade, principal motivação para o crime, segundo a Polícia Civil, Tharcio sacou um revólver calibre 38 e efetuou pelo menos três disparos no irmão, Túlio. Em seguida, Tharcio entrou na casa, trancou-se em um dos cômodos e tirou a própria vida com um tiro na cabeça.

Segundo o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do RN (Sindipos-tos/RN), os dois irmãos trabalhavam no ramo de combustíveis há pelo menos 50 anos. Túlio Flor, inclusive, era membro da diretoria da entidade sindical. E-les eram filhos de Joaquim Alves Flor, que ao lado do irmão Luiz Alves Flor, foram pioneiros na venda de combustíveis no Estado. Juntos, Luiz e Joaquim fundaram duas redes de postos no Rio Grande do Norte, a mais famosa é a Postos Flôr, com diversas unidades na capital.

Mortes repercutem no RN

A morte dos dois irmãos repercutiu no **mercado** empresarial, entidades representativas e classe e políticos. Em nota assi-

clusiva. "Ao chegar eles tomam banho, têm o cabelo cortado, recebem uniforme e fazem exame de saúde. Ficam em quarentena sem contato com os presos antigos para reduzir a possibilidade de contágio", ressaltou Pedro Florêncio.

A SEAP consultou o Comitê de Especialistas para verificar a possibilidade de os presos receberem visitas de advogados e familiares em parlatórios fechados com comunicação via aparelho telefônico. A Secretaria também está implantando teleatendimento e televisita por videoconferência. "A lei prevê o contato com advogados e familiares e há tensão no sistema porque os pre-

nada pelo presidente Afrânio Miranda, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do RN (FCDL/RN) lamentou a morte dos irmãos. "Manifesta imenso pesar pelos falecimentos dos empresários Tasso e Túlio Flor. Manifestamos nossa solidariedade aos familiares e amigos. Que Deus em sua infinita bondade possa confortar a todos e acalmar os corações que neste momento sofrem com a partida dos entes queridos. A família Flor é conhecida em todo Rio Grande do Norte por empreender e gerar emprego e renda para este Estado?".

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal), José Lucena, emitiu nota

na qual afirma que "se solidariza e lamenta profundamente os falecimentos dos empresários Tasso e Túlio Flor. Oramos para que Deus possa confortar familiares e amigos. Estamos todos consternados?".

Durante sessão virtual da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, o presidente Ezequiel Ferreira solicitou aos deputados um voto de pesar em nome da Casa pela morte dos empresários. O parlamentar, que é amigo da família, lamentou a tragédia. "Algo que nos deixa muito tristes e encaminhamos

os e familiares estão sem contato há quase 70 dias", disse o titular da pasta.

A Secretaria ressaltou, ainda, que as medidas protetivas também são cumpridas. Policiais e detentos usam máscaras nos deslocamentos, os corredores e celas são constantemente desinfec-tadas, o banho de sol tem maior duração e os colchões também são expostos ao sol.

Visitas suspensas

Os presos do RN estão com visitas, assistência religiosa e serviços educacionais ou sociais suspensos desde o dia 13 de março. A medida foi tomada de forma preventiva como combate ao no-

aqui nossos sentimentos à família?", disse Ezequiel Ferreira.

O consultor técnico do Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos do RN (Seturn), Nilson Queiroga, também se solidarizou com a família Flor. Um dos primos dos irmãos

administra uma das empresas de ônibus de Natal. "Lamentamos profundamente uma tragédia dessa. Ficamos consternados", disse.

"À família, que tem as raízes de sua trajetória de sucesso empresarial fincadas em nosso segmento, figurando até hoje como referência de em-preendedorismo e pioneirismo no ramo, deixamos nosso abraço de conforto e os mais sinceros desejos de que encontrem no conforto Divino as forças necessárias para enfrentar o momento de dificuldade extrema", diz nota assinada pela diretoria do Sindipostos/RN.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio RN) emitiu nota externando profundo pesar pela tragédia vivida pela família Flor. "Rogamos a Deus que traga conforto e paz aos corações de todos e acolha a dor, imensurável, em Suas mãos, para torná-la minimamente suportável?", diz o texto.

vo coronavirus.

Desde o início da pandemia, a pasta tem adotado um protocolo nas unidades para prevenir e combater o novo coronavírus. Além de isolar o contato externo nos presídios, foram criados protocolos para uso de equipamentos de proteção, higienização de celas e acompanhamento das equipes de saúde.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO RN

Sesc RN apresenta duas lives esta semana com temas comportamentais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O momento de isolamento social exige alguns cuidados emocionais, pessoais e familiares. Preocupado com o tema, o Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**), entidade do **Sistema Fecomércio RN**, preparou duas lives especiais nesta semana com palestras para seu público, que serão transmitidas pelo perfil oficial da instituição no Instagram, na quinta-feira (21) e sexta-feira (22).

O primeiro tema a 'Ansiedade no Isolamento Social' abordará cuidados que devemos adotar e que sinais de alerta podemos perceber no tocante a ansiedade. A condução será da

psiquiatra Geilne Queiroz, a partir das 20 horas, quinta-feira (21).

A segunda live da semana tem como convidado o proprietário da Clínica Domus, o neurocientista e psicopedagogo clínico e institucional, Nery Admy Neto, que abordará a 'Reorganização familiar: Gestão das emoções e do bem estar em tempo de isolamento social'. O conteúdo vai ao ar na sexta-feira (22), a partir das 16 horas, abordando temas para o lar, ambiente de trabalho e educação dos filhos.

Desde que o isolamento social teve início no Rio Grande do Norte, o **Sesc RN** vem desenvolvendo uma série de conteúdo em suas plataformas digitais e redes sociais, semanalmente, em seus cinco programas: Educação, Saúde, **Cultura**, Assistência e Lazer. Para ter acesso, siga os perfis oficiais do **Sesc RN**.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - CULTURA, FECOMÉRCIO RN, SESC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN